

10 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Ministro fez negócio 15 vezes maior que o próprio patrimônio

Então deputado Ricardo Barros (PP), hoje na Saúde, pediu verba para via perto de terreno que comprou; ele nega irregularidades

Com bens declarados de R\$ 1,8 milhão, o ministro da Saúde, Ricardo Barros (PP), comprou em 2014 metade de um terreno de R\$ 56 milhões em Marialva (PR), informa **Rubens Valente**. À época, ele era secretário de Indústria e Comércio do Paraná.

No ano seguinte, Barros apoiou, já como deputado federal, a liberação de R\$ 450 milhões de emenda da União para a construção de uma rodovia de 32 km que passa a 3 km do terreno em questão.

A verba acabou bloqueada no ajuste fiscal. Mas o projeto foi retomado neste ano.

A emenda foi apresentada pela bancada do PR, que incluía a mulher do ministro, a então deputada Cida Borghetti (PP), hoje vice-governadora.

Questionado sobre os valores díspares, Barros disse à **Folha** que obteve empréstimo de R\$ 13 milhões da empresa Paysage, parte no negócio. Afirmou ainda ter quitado a dívida em troca de duas empresas, de capital social de R\$ 10 mil.

De acordo com Barros, a ideia da obra apareceu três anos antes da compra e a valorização já estava precificada. Um condomínio deve ser construído no local.

Com bens de R\$ 1,8 mi, Barros virou sócio de área de R\$ 56 mi

Ministro da Saúde diz ter feito empréstimo
de R\$ 13 milhões de imobiliária

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO 10 FEV 2017

CONTINUAÇÃO

Em 2015 ele apoiou a liberação de R\$ 450 mi de emenda da União para uma rodovia que passa perto da área

RUBENS VALENTE

ENVIADO ESPECIAL A MARINGÁ (PR)

Com bens declarados de R\$ 1,8 milhão, o ministro da Saúde, Ricardo Barros (PP-PR), adquiriu, em 2014, metade de um terreno de R\$ 56 milhões em Marialva (PR), segundo documentos obtidos pela **Folha** em cartórios.

O ministro disse à **Folha** que fez um empréstimo de R\$ 13 milhões de seu sócio na transação, uma empresa do setor imobiliário, para bancar o negócio.

Naquele ano, Barros era secretário de Indústria e Comércio do Paraná, disputou uma vaga de deputado federal e declarou à Justiça Eleitoral o seu patrimônio.

Em 2015, na condição de deputado, ele apoiou, por meio de um requerimento, a liberação de R\$ 450 milhões de emenda da União para a construção de uma rodovia de 32 km que passa a 3 km do terreno.

A emenda havia sido apresentada um ano antes pela bancada de parlamentares do Paraná, que incluía a mulher do ministro, a então deputada federal Cida Borghetti (PP), hoje vice-governadora do Estado e sócia dele na compra da propriedade. Na eleição de 2014, Cida declarou um patrimônio de R\$ 805 mil.

A emenda de R\$ 450 milhões chegou a ser incluída na previsão de gastos do Executivo de 2015, mas depois foi congelada em razão do ajuste fiscal.

Indagado pela **Folha** como conseguiu comprar metade de uma propriedade de R\$ 56 milhões, Barros respondeu, por meio da assessoria, que

usou o empréstimo de R\$ 13 milhões da empresa Paysage, sócia dele na aquisição.

O valor serviu, na versão do ministro, para dar o seu sinal na compra, que seria feita em três parcelas. O terreno foi adquirido de duas famílias de Maringá.

Para comprar sua parte, Barros usou duas empresas, a MRC e a RC7, com um capital social de R\$ 10 mil cada. Elas foram criadas em outubro de 2013 e maio de 2014 em nome dele e da mulher.

A MRC, sediada no escritório político do ministro em Maringá, foi montada 20 dias antes da divulgação do estudo de impacto ambiental da rodovia pela prefeitura.

O prefeito de Maringá na época do negócio era um aliado de Barros, Roberto Pupin (PP). Ele havia sido vice-prefeito do irmão do atual ministro, Silvio Barros, que administrou Maringá de 2005 a 2012.

A nova rodovia, batizada de Contorno Sul Metropolitano, faria uma ligação mais rápida da propriedade com outras localidades.

Um condomínio de alto padrão está previsto para ser construído no local, de 1,3 milhão de metros quadrados.

FIADOR

Em dezembro de 2014, já como deputado eleito, Barros assinou um documento de reconhecimento de dívida.

A partir de 2016, ele e sua mulher passaram a aparecer como “fiadores” e não mais como proprietários, ou seja, responsáveis por dívidas não pagas pelo responsável direto.

À **Folha** o ministro disse que vendeu à Paysage suas duas empresas, o que levou, segundo ele, à “quitação” do empréstimo de R\$ 13 milhões. Ou seja, as microempresas recém criadas foram dadas em troca do empréstimo.

Em janeiro, as famílias Fai-on e Dada, que venderam o terreno, ajuizaram uma ação para cobrar uma dívida que, em valores atualizados, atingiria R\$ 7,5 milhões.

Pelo acordo feito entre Barros e a Paysage no final de 2015, a empresa também assumiu esse pagamento, segundo o ministro. Se fosse mantido o primeiro arranjo, de compra meio a meio entre as duas partes, Barros teria de pagar R\$ 3,7 milhões.

Ao final da operação, ele teve dois ganhos: deixou de ser responsável direto pela dívida e não arcou com o prejuízo de um possível insucesso do empreendimento, cuja execução começou a dar problemas.

'NÃO USUAL'

Sem conhecer os nomes dos compradores, falando do negócio em tese, dois especialistas em contabilidade disseram à **Folha** que se tratou de uma “operação incomum”, ressaltando que não podem assegurar, sem verificar os documentos, que se trate de algo ilícito.

Eles destacam o fato de uma incorporadora ter emprestado R\$ 13 milhões a duas empresas que, somente pelo capital social, não possuíam capacidade financeira para honrar o compromisso.

“É uma operação não usual, muito estranha. A incorporadora ter passado o dinheiro e ter recebido a empresa de volta sugere que ela aceitou um prejuízo. É uma operação que revela uma relação de amizade”, disse o vice-presidente do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), Zulmir Ivânio Breda.

“O montante emprestado é atípico. Você cria uma empresa de R\$ 10 mil para montar uma lojinha, um carrinho de cachorro quente, não para comprar um imóvel de mais de R\$ 50 milhões. Não é comum no mercado”, disse o presidente do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, Idésio Coelho.

CONTINUA

10 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

NEGÓCIOS DO MINISTRO DA SAÚDE

A compra de Ricardo Barros no Paraná

Patrimônio

Documentos mostram que Barros adquiriu em 2014 metade de um terreno avaliado em R\$ 56 milhões para um projeto de condomínio no Paraná por meio de duas microempresas com capital social de R\$ 10 mil cada uma. Em 2014, ele declarou um patrimônio total de apenas R\$ 1,8 milhão



10.out.2013: Barros e sua mulher, a atual vice-governadora do PR, Cida Borghetti (PP), abrem a empresa MRC

30.out.2013: Divulgado o estudo de impacto ambiental com o traçado da rodovia Contorno Sul, obra de 32 km na região de Maringá, reduto eleitoral de Barros

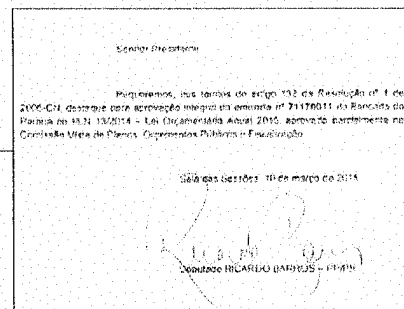
24.dez.2013: Empresa de Barros faz com outros empresários um contrato de compra de lote de terras para criação de um condomínio fechado em Marialva

02.mai.2014: Barros e mulher criam outra empresa, a RC2

17.dez.2014: Barros assina escritura de reconhecimento de dívida, na qual se informa que suas empresas MRC e RC2 adquiriram 50% dos lotes da gleba, avaliada ao todo em R\$ 56 milhões

dez.2015: Segundo o ministro, ele vende para a Paysage as suas firmas MRC e RC2, "quitando" o empréstimo de R\$ 13 milhões

10.mar.2015: Barros apresenta ao Senado um requerimento para pedir a liberação da emenda de R\$ 450 milhões para a obra do Contorno Sul



10.mar.2016: DNIT anuncia edital para a construção do Contorno Sul

27.jan.2017: Ex-donos dos terrenos processam o ministro, a mulher dele e empresários, cobrando dívida de R\$ 7,5 milhões. O casal é citado na ação como 'garantidor e fiador' do negócio

10 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Firma de família de Moraes tem ações no STF

Há ao menos seis casos em andamento; ministros da corte dizem não ver problemas e citam precedente de Barroso

**Nomeado por Temer
precisa ser sabatinado
pelo Senado para ter
sua indicação ao
Supremo aprovada**

**CAMILA MATTOSO
LETICIA CASADO**
DE BRASÍLIA

O escritório da família de Alexandre de Moraes tem no STF (Supremo Tribunal Federal) ao menos seis ações em andamento. Os advogados que cuidam dos processos são Viviane Barci de Moraes, a esposa do ministro da Justiça licenciado, Laerte José Castro Sampaio, Lucas Marisili da Cunha e Alex Saito.

O nome de Alexandre de Moraes ainda aparece como advogado em acompanhamentos de alguns dos casos, por ele ter tido alguma participação antes de assumir a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, em janeiro de 2015, quando renunciou a todos processos em que constava como advogado.

Ministros da corte afirmam que não há problemas em Moraes assumir a cadeira no tribunal apesar de sua antiga banca atuar em casos no STF. E citam o caso do ministro Luís Roberto Barroso, que saiu da advocacia para o Supremo e se declara impedido de julgar casos que envolvam o escritório do qual era sócio.

Um dos recursos da banca da esposa de Moraes tinha como relator o ministro Teori Zavascki, cuja cadeira poderá ser herdada pelo indicado por Temer. Para não relatar o caso, o novo ministro deverá se declarar impedido.

Uma das ações que ainda tramita no STF defende um ex-funcionário da CGU (Controladoria-Geral da União), acusado de fazer parte de uma organização criminosa infiltrada em órgãos públicos para vender pareceres que interessavam a particulares.

Moraes ainda será sabatinado pelo Senado Federal para ter sua indicação pelo presidente Michel Temer aprovada e assim poder assumir a vaga no Supremo.

Ele já iniciou uma rotina de visitas a parlamentares antes da sessão em que vai responder perguntas publicamente.

Procurado, Alexandre de Moraes não respondeu até o fechamento da edição.

BRIGA JUDICIAL

Em 2016, transitou em julgado no STF um processo em que o escritório de Moraes defendia a Transcooper, empresa que teve funcionários investigados por suspeita de fazerem parte do PCC (Primeiro Comando da Capital).

Na ocasião, o ministro disse que seu escritório havia participado só de causas de responsabilidade civil por acidentes automobilísticos da

empresa e apenas até janeiro de 2015, “quando houve o encerramento do contrato com transferências de todos os casos para outros escritórios”.

Desde março de 2015, dois meses depois de ser empossado secretário de Segurança Pública de São Paulo, Alexandre de Moraes carrega uma briga nos tribunais contra sites e cidadãos que o vinculam ao PCC. Os processos incluem o Facebook e o Google, que foram obrigados liminarmente a tirar conteúdos da internet. Moraes afirma que as ilações o atrapalharam.

10 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Sem limite

Movimentos no governo e no Congresso indicam que núcleo do poder deixou aparências de lado e prioriza a própria sobrevivência

Acumulam-se, nestes últimos dias, os sinais de que o governo do peemedebista Michel Temer —a exemplo do mundo político em geral— deixa de lado o compromisso com as aparências republicanas e adota como prioridade a sobrevivência de seu núcleo de poder.

Em manobra incapaz de passar como mera providência administrativa, o presidente alçou a ministro de seu governo Wellington Moreira Franco, identificado como “Angorá” em delações da Lava Jato. O correligionário, sobre o qual não pesa denúncia formal, garantiu o foro privilegiado.

Ei-lo agora contestado na Justiça, alvo de ações e liminares destinadas a impedir sua nomeação. O óbvio constrangimento é negado pelo chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, ele próprio personagem do depoimento de um ex-dirigente da construtora Odebrecht.

Não é o bastante. Para a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, escolhe-se com as bênçãos do Palácio do Planalto o nome de Edison Lobão (PMDB-MA), este já sob investigação da Lava Jato —o que não significa culpa, mas muito menos o recomenda para o posto.

Ex-ministro de Minas e Energia (ao qual vincula-se a Petrobras) nos governos petistas, o senador sarneyzista se vê incumbido de

presidir a sabatina de Alexandre de Moraes, que deixou a pasta da Justiça ao ser indicado para o Supremo Tribunal Federal.

Se, em tese, cada um desses nomes reúne condições formais para assumir seu posto, o sentido de tais decisões é inequívoco. Cumprir sobreviver à onda de processos e acusações que associa a elite partidária brasileira a atos generalizados de corrupção.

Há excesso de atenções da imprensa para com a Lava Jato, argumenta o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), enquanto retira de pauta às pressas um projeto que facilita a vida de partidos cujas contas sejam reprovadas no TSE —ao qual o plenário da Casa havia atribuído urgência.

Denunciado a tempo, o texto espera outra ocasião para ressurgir, enquanto Maia se ocupa, no momento, de contestar as notícias dando conta de combinações suas com o ex-presidente da OAS, Léo Pinheiro, em torno de verbas eleitorais e favores à empreiteira em projetos no Congresso.

Generalizado, o desembaraço assume as formas mais diversas. Em livro, o indicado ao STF reproduz trechos idênticos de obra de outro autor. Réu preso, queixando-se de aneurisma, o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) recusa-se a fazer exames que comprovem sua afirmação.

Importam-se, a esta altura, com quase nada. Tomam a iniciativa, seguem adiante e recorrem à desfaçatez como tábua de salvação.

10 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

Presidente não sabe de tudo, diz FHC a Moro

Ao depor em ação contra Lula, tucano diz que mandatário não tem 'responsabilidade direta' sobre toda a gestão

Fernando Henrique defende doações para conservação de acervos presidenciais, alvo de ação no caso do petista

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em depoimento ao juiz Sergio Moro, disse nesta quinta (9) que um presidente da República "não tem como saber de tudo" que ocorre na administração pública e que toma providências relacionadas à corrupção quando chegam informações a seu gabinete.

Fernando Henrique foi chamado para depor em uma ação contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como testemunha de defesa de Paulo Okamoto, que trabalha para o petista. Uma das acusações contra Lula é a de que a empreiteira OAS pagou o armazenamento de bens após ele deixar a Presidência.

Fernando Henrique falou a Moro por meio de videoconferência em São Paulo.

A defesa de Lula aproveitou para questionar o tucano, que governou o país de 1995 a 2002, sobre a formação de sua base no Congresso naquela época. O Ministério Público Federal sustenta que Lula comandou o esquema na Petrobras para garantir apoio a seu governo.

Fernando Henrique disse que o sistema partidário no país é "frágil" e que precisou negociar a ampliação da base aliada, incluindo a participação do PMDB no governo, para aprovar reformas.

O advogado de Lula Cristi-

ano Zanin Martins o questionou sobre uma declaração do delator Nestor Cerveró, que foi diretor da Petrobras, de que houve desvios na estatal em seu governo.

O tucano respondeu que nunca tinha ouvido falar de Cerveró antes da Lava Jato.

Em outro momento, falou que um presidente sabe só de "coisas gerais". "Você tem responsabilidade direta se chegou ao seu gabinete alguma coisa. Aí você tem que tomar providência. Se alguém que você nomeou agiu erradamente, você demite."

ACERVO E INSTITUTOS

Ao falar sobre a administração de seu acervo após deixar a Presidência, o tucano declarou que era "impensável" preservar os materiais sem doações e que não tinha "apoio financeiro nenhum".

"A saída para resolver isso mais facilmente é a Lei Rouanet. E como o acervo é de interesse público, você apela a doadores para mantê-lo."

Para a defesa de Lula, o depoimento do tucano desconstrói a denúncia contra o ex-presidente. O transporte dos bens de Lula pela OAS é apontado pela acusação como vantagem indevida.

Fernando Henrique também foi questionado pelos advogados sobre quem fez as doações. O tucano afirmou que quem contribuiu no começo eram empresários e companhias com quem tinha "relações pessoais", como a Odebrecht, Itaú e Bradesco.

No final, Moro perguntou, pedindo "escusas" pelo questionamento, se houve algum tipo de doação "por fora", o que o tucano negou. (ESTELITA HASS CARAZZAI E FELIPE BÄCHTOLD)

10 FEV 2017

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

PEGUE E PAGUE

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu que a pessoa que se separa e permanece no imóvel que era do casal tem que pagar aluguel para o ex até que a partilha seja finalizada.

FATURA

A decisão se estende para qualquer outro bem, como um carro, por exemplo. Muitas vezes uma parte seguia usufruindo do patrimônio comum sem ressarcimento à outra parte.

PAINEL DO LEITOR

Moraes no STF

Não há dúvida de que há plágio nas evidências exibidas em "Obra de Moraes tem trechos copiados de livro espanhol" ("Poder", 9/2). Diferentemente do que disse um dos especialistas entrevistados, plágio é uma infração ética da comunicação acadêmica que independe de direito autoral sobre a fonte copiada. Uma decisão judicial é passível de plágio se um segundo autor copiar a sem explicitamente indicar a referência, como sugere ter sido feito no livro do recém-indicado para ocupar o cargo de ministro da suprema corte brasileira.

DEBORA DINIZ (New Haven, EUA)



Alexandre de Moraes, nomeado para o STF, faz plágio em um dos seus livros. Moreira Franco, enrolado em delações, ganha foro especial do presidente. Eliseu Padilha, também citado em delações, negocia com ruralistas a revisão de unidades de conservação instituídas na Amazônia. Edison Lobão, mais um delatado, é escolhido para comandar a CCJ no Senado. Cesar Maia, o eleito da base aliada, é flagrado em negociação escusa com a OAS. Esse é o padrão do governo Temer.

LICA CINTRA (São Paulo, SP)

96 contraponto

Sinal de estresse

Na cerimônia em que deu posse a Moreira Franco em seu ministério, na última sexta-feira (3), Michel Temer se esforçou para justificar a necessidade do cargo — que acabou visto como tentativa de dar foro privilegiado ao assessor, mencionado nas delações da Odebrecht.

Em meio às explicações, Temer ensaiou uma brincadeira ao elencar as "outras tantas tarefas" que o auxiliar passaria a acumular, como cuidar das viagens do presidente e da administração interna do Palácio do Planalto:

— Quando os senhores verificarem o que se adicionou à Secretaria-Geral da Presidência, verão que os seus cabelos ficarão ainda mais brancos se possível for!

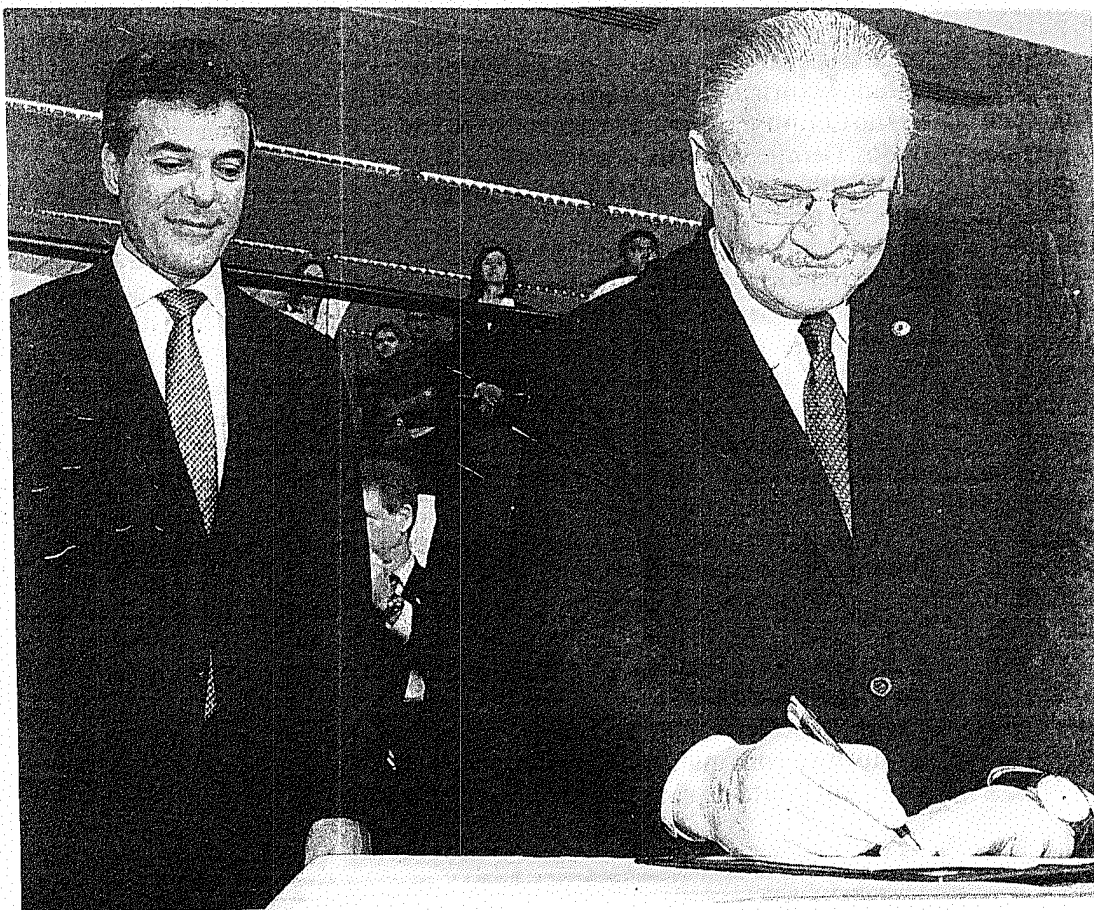
10 FEV 2017

GAZETA DO POVO

OPINANÇAS ESTADUAIS

Governo Richa “esquece” STF e paga aposentadoria a Pessuti

Richa desiste de
processo e paga
fortuna a Pessuti



Richa dá posse a Pessuti no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), em 2015.

R\$ 678,4 MIL

Foi o total pago pelo governo do Paraná ao ex-governador Orlando Pessuti, a título de aposentadoria retroativa.

Pessuti ficou à frente do Palácio Iguaçu por nove meses em 2010, em substituição a Roberto Requião (PMDB).

CONTINUA

Apesar de questionar o pagamento milionário no Supremo, Estado não se pronunciou no processo após pedido da ministra Cármen Lúcia e ação judicial foi extinta

Euclides Lucas Garcia

● Ao tempo em que promove mudanças na rede estadual de ensino para poupar recursos, o governo Beto Richa (PSDB) abriu mão de R\$ 678,4 mil em favor de Orlando Pessuti (PMDB). O Executivo paranaense questionava no Supremo Tribunal Federal (STF) o pagamento ao peemedebista do montante referente a dois anos e meio em que a pensão vitalícia dele de ex-governador ficou suspensa. No final do ano passado, porém, ao ser intimado a se manifestar nos autos, o governo não se pronunciou, o que levou à extinção do processo.

Segundo a Constituição Estadual, quem tiver exercido o cargo de governador em caráter permanente terá direito a uma verba de representação por toda a vida, equivalente à remuneração de um desembargador do Tribunal de Justiça — hoje, o valor é de R\$ 30,5 mil. No caso de Pessuti, ele ficou à frente do Palácio Iguaçu por nove meses em 2010, quando Roberto Requião (PMDB) renunciou para disputar a eleição ao Senado.

No entanto, logo que assumiu, em 2011, Richa suspendeu o pagamento dos ex-governadores pós-1988 por considerá-lo inconstitucional, uma vez que não há previsão do benefício na Constituição Federal em vigência,

mas apenas na redação anterior, de 1967. A suspensão vigorou até metade de 2013, quando o Órgão Especial do TJ determinou a retomada do pagamento da aposentadoria especial de Pessuti. Desde então, ele vem recebendo o benefício normalmente. Além disso, requereu o retroativo de R\$ 678,4 mil referente ao período em que não recebeu a pensão.

Em dezembro de 2014, o governo do estado entrou com uma suspensão de segurança no Supremo, pedindo que a decisão do TJ fosse revista. Para o Executivo paranaense, ela trazia “risco à ordem e à economia públicas”, uma vez que a aposentadoria de Pessuti era inconstitucional e não houve contribuição previdenciária do peemedebista para que o benefício pudesse ser pago.

A Procuradoria Geral da República (PGR) manifestou-se a favor do pedido do governo, afirmando, inclusive, que o Executivo estadual agiu bem ao suspender o pagamento da pensão do peemedebista. “Instituiu-se privilégio incompatível com a Carta Magna, agravado ante a ordem de pagamento imediato dos valores, cujo montante é considerável”, escreveu o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Em outubro do ano passado, a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, deu cinco dias para o governo do estado se manifestar sobre o interesse em que a ação prosseguisse. Entretanto, como não houve qualquer manifestação, a suspensão de segurança foi extinta, garantindo a Pessuti o recebimento retroativo da aposentadoria de ex-governador.

Outro lado

Por meio da assessoria de imprensa, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) informou que a suspensão de segurança no STF questionava exclusivamente a decisão do órgão Especial do TJ de garantir ao ex-governador Orlando Pessuti o pagamento imediato da aposentadoria retroativa, sem a expedição de precatório. Segundo a PGE, como a ministra Cármen Lúcia não analisou o caso imediatamente, o estado pagou os R\$ 678,4 mil ao ex-governador e, portanto, a ação no Supremo perdeu o objeto.

“A ausência de peticionamento do Estado foi por questão de técnica processual, dentro da discricionariedade de atuação técnica do procurador”, diz a nota. A PGE justificou ainda que, assim como o Ministério Público, recorreu do caso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), o que poderá forçar Pessuti a devolver os recursos.

Já o ex-governador declarou que, como qualquer cidadão que tem seus direitos retirados, foi à Justiça para garantir o recebimento da aposentadoria que lhe é assegurada pela Constituição Estadual e que foi referendada pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça. Questionado se via relação entre sua aproximação do governador Beto Richa no atual mandato e o fato de o estado ter desistido da ação no Supremo, Pessuti disse que não acompanhava o caso há mais de dois anos.

“Isso estava com o meu advogado. Nem sabia se o Estado tinha ou não prazo para se manifestar”, afirmou. Desde 2015 o peemedebista ocupa um cargo de diretor no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) por indicação de Richa.

10 FEV 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DEZ BENEFICIADOS

Hoje, sete ex-governadores do Paraná recebem aposentadorias vitalícias:

Paulo Pimentel, Emilio Gomes, João Elisio Ferraz de Campos, Roberto Requião, Mário Pereira, Jaime Lerner e Orlando Pessuti – Alvaro Dias abriu mão do benefício.

Além disso, três viúvas de ex-governadores também têm direito à pensão: Madalena Mansur, viúva de João Mansur; Arlete Richa, viúva de José Richa; e Rosi Costa Gomes da Silva, viúva de Mário Gomes da Silva.

10 FEV 2017

GAZETA DO POVO

● JUSTIÇA

Albari Rosa/Gazeta do Povo



Fábio Camargo durante sessão no Tribunal de Contas do PR.

Fábio Camargo continua no TC, mesmo com anulação de eleição pelo TJ

João Frey

● Mesmo com a publicação do acórdão da decisão do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) que anulou a eleição de Fábio Camargo para o Tribunal de Contas (TC-PR), o conselheiro segue no cargo até que a questão seja decidida definitivamente. A permanência dele no cargo é garantida por liminar do Supremo Tribunal Federal (STF).

Apesar de a decisão ter sido tomada em maio de 2016, o acórdão só foi publicado pelo Tribunal de Justiça no fim de janeiro deste ano. Neste período, os desembargadores que discordaram do voto vencedor — pela anulação da eleição — redigiram e oficializaram seus posicionamentos.

A decisão do Órgão Especial foi em resposta a um mandado de segurança impetrado por um dos concorrentes à vaga para a qual Camargo foi eleito no TC. No pedido, o administrador de empresas Max Schrappe alegou que Camargo não apresentou um dos documentos exigidos na inscrição e que não obteve a quantidade de votos necessários para a vitória.

O advogado de Camargo refuta as acusações de Schrappe. “A defesa entende que não existem essas irregularidades. Além disso, tem também uma questão processual que o próprio TJ aplicou em caso similar de que quem não teve voto, ou quem não teria chance na eleição, não teria legitimidade para questionar o processo seletivo. Em primeiro, não houve irregularidade, e ainda que houvesse, quem entrou com a ação entrou sem poder fazer este questionamento”, afirmou o advogado Igor Sant’Anna Tamasauskas.

1 0 FEV 2017

GAZETA DO POVO

Renan, Jucá e Sarney são alvo de inquérito no STF por obstrução da Lava Jato

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, autorizou abertura de inquérito para investigar os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Romero Jucá (PMDB-RR), o ex-presidente José Sarney e o ex-diretor da Transpetro Sérgio Machado por obstrução da Operação Lava Jato. O pedido foi feito pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Para Janot, os quatro tentaram atrapalhar a investigação de corrupção desvendada pela Lava Jato. A suspeita surgiu a partir da delação premiada de Sérgio Machado, que gravou conversas com os políticos.

10 FEV 2017

GAZETA DO POVO

Fachin abre inquérito contra Renan, Jucá e Sarney por embaraço às investigações

Procuradoria-Geral da República diz que há indício de que os acusados atuaram para “cortar as asas” do MP e da Justiça

BRASÍLIA

Estadão Conteúdo e Agência Globo

● O ministro Edson Fachin, novo relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal, autorizou ontem a abertura de inquérito contra o ex-presidente José Sarney, os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Romero Jucá (PMDB-RR) e o ex-diretor da Transpetro Sérgio Machado, para a apuração de supostas manobras para atrapalhar as investigações da Lava Jato.

Considerando apenas processos relacionados à Lava Jato, este é o nono inquérito contra Calheiros, o terceiro contra Jucá e o segundo contra Sérgio Machado. Quanto ao ex-presidente Sarney, é o primeiro inquérito no âmbito da operação. Este foi também o primeiro inquérito autorizado por Edson Fachin como relator da Lava Jato - um sorteio na semana passada lhe destinou a herança dos processos que estavam sob a supervisão do ministro Teori Zavascki, morto em um acidente aéreo em janeiro.

O pedido de abertura de inquérito foi feito pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em uma petição de 53 páginas na segunda-feira (6), com base na delação de Machado, do ano passado, sob a suspeita de um possível crime de embaraço às investigações.

“Note-se a gravidade da trama engendrada pelos integrantes da organização criminosa: as conversas gravadas desvelam esquema em curso voltado não apenas para ‘estancar’ a Lava Jato, mas também para ‘cortar as asas’ do Ministério Público e do Poder Judiciário, que significa interferir no li-

vre funcionamento e nos poderes desses órgãos”, disse o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, na manifestação, encaminhada ao STF

Defesa

Em nota, o senador Renan Calheiros “reafirma que não fez nenhum ato para dificultar ou embaraçar qualquer investigação, já que é um defensor da independência entre os poderes”. “O inquérito comprovará os argumentos do senador e, sem dúvida, será arquivado por absoluta inconsistência”, diz a nota.

A defesa de Jucá, em nota, também afirmou que o senador “nega que tenha tentado obstruir qualquer operação do Ministério Público e diz que a investigação e a quebra de sigilo do processo irão mostrar a verdade dos fatos”.

Procurada, a defesa de Sérgio Machado não havia respondido até a publicação desta reportagem. O advogado de Sarney, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, disse que nas gravações “não tem nenhum sinal de qualquer tentativa de obstrução”.

CONTINUA

10 FEV 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Inquérito é o primeiro autorizado por Fachin depois que ele se tornou relator da Lava Jato, em substituição a Teori Zavascki.



CASO GÊNU

O ministro Edson Fachin negou o seguimento a um habeas corpus apresentado pelo ex-tesoureiro do PP, João Cláudio Genu, preso desde maio de 2016 pela 29ª etapa da Operação Lava Jato. Esta foi a primeira decisão monocrática (sem consulta de outros ministros) tomada por Fachin desde que se tornou o relator dos processos relacionados à Lava Jato, no lugar do ministro Teori Zavascki, morto em um acidente aéreo em janeiro. Na terça-feira, 7, a Segunda Turma do STF já havia negado um pedido de liberdade de Genu.

R\$ 15 BILHÕES

É quanto a Receita Federal vai cobrar de políticos, empreiteiras, estaleiros, operadores de propina e outros envolvidos no esquema de corrupção na Petrobras, investigado na Operação Lava Jato. O valor é a soma das autuações feitas até o último dia de janeiro e as que serão emitidas com base nas fraudes já descobertas.

10FEV 2017

GAZETA DO POVO

'Presidente não sabe de tudo', diz FHC em depoimento a Moro

● Em depoimento ao juiz Sergio Moro como testemunha na ação que investiga doações ao Instituto Lula, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou ontem que o presidente da República não sabe necessariamente de tudo o que acontece em sua gestão. Por quase uma hora, ele respondeu a perguntas da defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto.

"Nunca soube de nenhuma carterização na Petrobras. Pode ter havido, mas o presidente da República não sabe de tudo que acontece", afirmou o tucano.

Foi a primeira vez que FH prestou depoimento à Operação Lava-Jato. Num fórum em São Paulo, ele participou à distância da oitiva, comandada por Moro, de Curitiba. A ação penal investiga se a OAS usou doações de R\$ 1,3 milhão ao Instituto Lula para transferir propina na Petrobras.

Ao longo do depoimento, o ex-presidente disse que recebe doações de empresas para manter o acervo presidencial do Instituto FHC. Segundo ele, a instituição recorre à Lei Rouanet, que concede benefícios fiscais a companhias que apoiam atividades culturais ou históricas.

O ex-presidente negou que tenha recebido doações da construtora OAS, mas citou contribuições de outras empreiteiras investigadas pela Lava-Jato.

10 FEV 2017

GAZETA DO POVO

Celso de Mello deve julgar hoje, no STF, a nomeação de Moreira Franco

● O ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse ontem que vai julgar até hoje as ações apresentadas pelo PSOL e, pela Rede contra a nomeação de Moreira Franco para o cargo de ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República. A decisão será a palavra final na guerra judicial que tomou conta do assunto. Na quarta, um juiz de Brasília suspendeu a nomeação por liminar. Em seguida, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região derrubou a decisão e voltou a permitir que Moreira Franco exerça o cargo. Ontem, uma juíza do Rio concedeu nova liminar o impedindo de ser ministro. A Advocacia-Geral da União (AGU) informou que já recorreu dessa segunda liminar, da 6.ª Vara Federal.

Decisão

Celso de Mello disse que, antes de decidir, vai levar os argumentos do governo e da oposição em consideração. O decano explicou que os juízes federais que julgaram o assunto até agora estão no exercício correto da função, já que foram analisadas ações populares. O foro desse tipo de ação é a primeira instância da Justiça Federal.

A decisão de Celso de Mello deverá unificar o entendimento judicial sobre o assunto. O ministro explicou que ainda não julgou os processos porque, quando encerrou o recesso do tribunal, no dia 1.º de fevereiro, havia "um acervo imenso acumulado nas férias".

Nas ações ajuizadas no STF, os partidos argumentam que a nomeação não tem a finalidade de aprimorar o corpo técnico da equipe de Michel Temer, mas sim de dar a Moreira Franco o direito ao foro especial.

O nome do político teria sido citado na delação premiada dos executivos da Odebrecht, que poderá gerar novos inquéritos na Lava Jato.

EXPECTATIVA

Afastado liminarmente, Moreira Franco suspendeu sua agenda e aguarda em casa uma definição jurídica sobre sua situação. Um assessor presidencial disse à Agência O Globo que a expectativa de Temer é de que Celso de Mello restabeleça Moreira no posto de ministro da Secretaria-Geral, que ocupa desde a última sexta-feira (3).

Governador do RJ é identificado como recebedor de propina

● A Polícia Federal encontrou indícios de que o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), recebeu propina da organização criminosa que seria liderada pelo ex-governador Sérgio Cabral (PMDB), preso na Operação Calicute.

A PF entregou ontem ao juiz responsável pelos desdobramentos da Lava Jato no Rio um documento em que sugere o encaminhamento do material ao Superior Tribunal de Justiça.

O material foi achado na casa de Luiz Carlos Bezerra, já preso, apontado nas investigações como operador financeiro do esquema. "É certo que foi identificado como recebedor de valores o senhor Luiz Fernando Pezão", diz no documento da PF.

GAZETA DO POVO

RHODRIGO DEDA

O CORO DA MULTIDÃO

Não adianta mudar o sistema de escolha no STF

Tão logo o ministro da Justiça Alexandre de Moraes foi indicado pelo presidente Michel Temer para o Supremo Tribunal Federal (STF), críticas de toda a ordem foram se avolumando. “Alexandre de Moraes é político demais, vai mellar a Lava Jato”, diziam uns. “Ele é incoerente, escreveu uma tese que, se levada a sério, o impede de assumir a vaga de Teori Zavascki”, falavam outros. “Moraes usou trechos de autor espanhol sem dar a devida citação”, publicou a *Folha de São Paulo* ontem.

Não só o ministro da Justiça como também o processo de escolha de ministros do STF foi alvo da saraivada de críticas. “O sistema é inadequado, dá muito poder ao presidente”, disseram parlamentares no Congresso Nacional, “precisamos modificar esse modelo”, completavam. “Onde já se viu Temer usar a indicação para salvar aliados na mira da Lava Jato”, afirmavam internautas nas redes sociais. “A sabatina no Senado é uma piada, pois os senadores querem alguém no STF que salve suas peles se forem denunciados por conta das delações premiadas”, avaliam analistas.

Discutir a verdade de cada uma dessas afirmações — separar o que é crítica legítima, os fatos relevantes, das opiniões ou julgamentos sobre eles — levaria muitas linhas e não é o objetivo deste texto. Mas é preciso dizer que, quando surge o nome de um indicado para o STF, é saudável a participação social, em especial dos meios de comunicação e entidades fiscalizadoras. Pois são elas que dão o tom de sabatina, na maioria das vezes pró-forma feita pelo Senado. É na mídia que se debate posicionamentos,

10 FEV 2017

coerência e integridade do indicado.

O que no momento é perigoso são as tentativas, sempre sob as melhores das intenções, de alterar o processo de escolha, o que certamente, se corrigir alguns problemas, conduzirá à criação de outros.

Semelhante ao modelo norte-americano, o sistema brasileiro, em tese, não é ruim. Quando há uma sociedade forte, com representantes conectados a ela dispostos a sabatar o candidato, o processo de escolha funciona muito bem. Nos Estados Unidos a sabatina é levada a sério — em 220 anos, segundo Maurício Cardoso em artigo publicado no *Conjur* em 2009, 12 nomes foram barrados. George W. Bush, por exemplo, não conseguiu emplacar Harriet Miers, sua consultora jurídica.

No Brasil, só o marechal Floriano Peixoto teve a má sorte de ver recusados cinco de seus indicados. Por aqui, a sabatina, com raras exceções, é uma peça de teatro. Para fazer justiça ao Senado, vale lembrar que a sessão do ministro Luiz Edson Fachin foi bastante rigorosa, exigindo do então indicado uma grande capacidade de articulação sobre seus pontos de vista jurídicos.

Mesmo reconhecendo-se que Alexandre de Moraes possui notório saber, é de se questionar se terá o mesmo tratamento dado a Fachin. Afinal, não é segredo que parte dos senadores teme cair nas malhas da Lava Jato. Na visão distorcida de parte dos membros do Senado, é melhor não ser muito duro com quem poderá vir a julgá-los — um ponto de vista tolo, se levar em conta que o nomeado tem o dever de honrar a toga e não deixar se abater pelas ilegítimas tratativas de “acordão nacional”, como as inesquecivelmente sugeridas pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR).

O problema não é o modelo. O que está péssimo no Brasil são as circunstâncias. Com os cidadãos atuais dominando a política do país, tentando a cada dia absolver toda uma geração de corruptos, qualquer sistema será ruim. Independentemente do modelo adota-

do, brechas legais e argumentos bizarros vão continuar a dar o tom da vida pública brasileira.

Então é melhor deixar de lado a ilusão da reforma do sistema, porque ela é uma promessa que não se concretiza. A mudança vai acontecer se pessoas com propósito forcingem uma mudança cultural. Pode parecer difícil, mas, com tecnologias, trabalho em rede nacional de colaboração, respeito e valores democráticos, a solução está mais próxima do que se imagina.

FOLHA DE LONDRINA 1 0 FEV 2017

FHC diz a Moro que também buscou recurso privado para manter acervo

Fausto Macedo, Ricardo
Brandt e Mateus Coutinho
Folhapress

São Paulo - O ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso afirmou nessa quinta-feira (9) ao juiz federal Sérgio Moro - dos processos da Operação Lava Jato, em Curitiba -, que também buscou recursos privados para manutenção de seu acervo de documentos e materiais recebidos durante seus dois mandatos (1995-1998 e 1999-2002). O tucano foi ouvido como testemunha de defesa do presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto.

"Aqui ninguém dá nada. Quem que gasta? Através da Lei Rouanet você consegue recursos para o tratamento do material. E você consegue recursos não só através da Lei Rouanet, mas doações para auspicar debates, seminários", disse Fernando Henrique.

Ele foi ouvido por Moro, por videoconferência, em ação penal em que o também ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva é réu, junto com Okamoto e o ex-presidente da OAS José Aldemário Pinheiro, o Léo Pinheiro. O petista é acusado de corrupção passiva por supostamente ter recebido propinas da empreiteira no montante de R\$ 3,8 milhões.

O dinheiro da propina te-

ria sido pago em forma de benesses, segundo acusa o Ministério Público Federal. Parte do valor, teria sido oculta na reforma e ampliação de um triplex no Edifício Solaris, no Guarujá (SP), e outra parte no custeio do armazenamento do acervo do ex-presidente Lula pela empresa Granero. Na denúncia, procuradores apontam falsidade ideológica no contrato, pago pela OAS.

As doações e movimentações financeiras do Instituto Lula não são parte da ação penal, mas são investigadas em inquérito da Lava Jato ainda em fase de investigação na Polícia Federal e Procuradoria.

FHC foi questionado pelo defensor de Okamoto sobre como organizou seu acervo e como o manteve, após deixar a Presidência. "Começamos (no início do funcionamento do Instituto FHC) a pedir alguns recursos, pequenos. Não sei de cabeça (os valores), mas está tudo registrado, mas foram doados para poder fazer frente a essas despesas, porque, obviamente, o presidente sai de lá, se for correto, sem dinheiro", afirmou o ex-presidente. Ele prestou depoimento na manhã dessa quinta, na Justiça Federal, em São Paulo.

O político do PSDB afirmou que, ao deixar a Presidência, tomou como modelo o instituto montado pelo ex-presidente de Portugal Mário Soares (que morreu em janeiro) para estrutura a manutenção de seu acervo e memória de seus dois mandatos. Para isso, buscou dinheiro privado via Lei Rouanet - que dá incentivos fiscais a empresas para a cultura.

Questionado se sabia como era feita a separação de bens ganhos por um presidente ao término do governo, ele respondeu: "Existe uma lei que determina isso e uma regulamentação que eu fiz". "Pela lei aquilo que o presidente recebe pertence

ao seu acervo pessoal e tem interesse público. É uma lei um pouco ambígua."

O tucano lembrou que quando deixou a Presidência da República, foi para a Europa, onde passou meses na França. "Não sei exatamente, tal. Mas no Palácio do Planalto existe um departamento histórico e todo esse material passa por lá."

**"O presidente quando
sai da Presidência, não
tem nem aposentadoria,
nem nada"**

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

10 FEV 2017

FHC disse que a manutenção dos acervos de ex-presidente do Brasil é “problema a ser resolvido”. “Não tem apoio financeiro nenhum. O presidente quando sai da Presidência, não tem nem aposentadoria, nem nada”, reclamou. “O que tem resolvido mais facilmente isso é que tem Lei Rouanet. E quando um acervo é de interesse público você apela a terceiros para manter. Porque você é obrigado a manter e não tem bens para manter, é essa a situação”, contou FHC.

“Vossa excelência pode dizer qual o volume de cartas, quadros, filmes, discursos, qual o tamanho de um acervo?”, questionou a defesa de Okamoto. “É enorme, vários contêineres que devem ter vindo para cá. Tem esse custo de viagem.”

OAS

FHC disse que nunca recebeu valores não declarados no Instituto FHC e que a OAS, acusada no processo contra Lula, nunca doou recursos para ele. “A OAS não. Nunca tive relações com ninguém da OAS. Em geral, que contribuía no começo são as pessoas com quem eu tinha mais relações pessoais. Então a OAS, não.”

O ex-presidente afirmou que recebeu recursos de outras empresas - algumas das citadas, alvos da Lava Jato. “Certamente quem pode ter contribuído. a Odebrecht, a outra a Camargo (Corrêa), o Banco Itaú, o Banco Safra, o Bradesco. Mas são doações pequenas, no início, e está tudo registrado. A OAS não, a OAS eu nunca tive contato.”

10 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Camargo

Apesar da decisão que o afasta da condição de conselheiro do Tribunal de Contas pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça, Fábio Camargo continua normalmente desempenhando suas funções, inclusive a de Corregedor, beneficiado, segundo seu gabinete, por uma decisão do ministro Ricardo Lewandowski do Supremo Tribunal Federal.

10 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

Caso Moreira Franco põe na berlinda as decisões de juízes federais

**Em um espaço de 24 horas, a nomeação
de ministro de Temer foi suspensa e depois
retomada em duas decisões conflitantes**

*Nomeação do ministro Moreira Franco na Secretaria-Geral
da Presidência coloca no centro do debate o poder de
decisão dos juízes federais de primeira instância*

Rubens Valente

Folhapress

Brasília - O imbróglio jurídico que envolve a nomeação do ministro Moreira Franco na Secretaria-Geral da Presidência coloca novamente na berlinda o alcance do poder de decisão dos juízes federais de primeira instância. Pelo sistema judicial brasileiro, é legal e possível que juízes continuem decidindo mesmo contra decisões já tomadas por instâncias superiores, desde que não existam súmulas vinculantes no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o assunto, segundo juízes ouvidos pela reportagem. Moreira Franco foi citado 34 vezes na delação de Cláudio Melo Filho, lobista da Odebrecht que lidava com políticos em Brasília. Ele apontou o peemedebista como operador de recursos do PMDB.

Em um espaço de 24 horas, a nomeação de Moreira foi suspensa e depois retomada

em duas decisões conflitantes no Distrito Federal e novamente suspensa por uma decisão no Rio de Janeiro. A Advocacia-Geral da União (AGU) também recorreu dessa segunda suspensão - não havia uma resposta até o fechamento desta edição.

Na quarta-feira (8), o juiz da 14ª Vara Federal do Distrito Federal, Eduardo Rocha Penteado, determinou a suspensão dos efeitos da portaria do presidente Michel Temer que nomeou, na semana passada, Moreira Franco. Com a nomeação, Franco ganhou foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal (STF) poucos dias após a homologação da delação premiada, que o citou, de executivos da construtora Odebrecht. Em sua decisão, o juiz comparou o caso ao da nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no ano passado, que acabou impedida por liminar do ministro do STF Gilmar Mendes.

Na manhã dessa quinta-feira (9), a AGU derrubou na Justiça a liminar que suspendia a nomeação de Moreira Franco. Mais tarde, a juíza Regina Coeli, da 6ª Vara de Justiça do Rio de Janeiro, conseguiu anular novamente a nomeação de Moreira Franco ao cargo de ministro da Secretaria-Geral da Presidência.

“O sistema fica parecendo esquizofrênico, mas é o sistema que temos. Se querem mudar o sistema, que se mudem, mas não se culpe os juízes federais. Eles continuarão decidindo de acordo com sua consciência e é bom que seja assim”, disse o juiz federal Alexandre Vidigal de Oliveira, presidente da 1ª Turma Recursal da Justiça Federal em Brasília. “É um ambiente de muita confusão. O leigo tem o direito de estar confuso”, afirmou o magistrado.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

10 FEV 2017

O chamado foro privilegiado no STF para certas autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário funciona apenas para os casos criminais.

Questionamentos sobre atos administrativos assinados por autoridades federais, como os feitos agora no Judiciário acerca da posse de Moreira Franco, e casos de improbidade administrativa devem ser decididos pela Justiça Federal de primeira instância.

A decisão é sempre submetida ao sistema de recursos, que inclui o STF se for possível. A constitucionalidade dessa situação já foi confirmada pelo STF nos anos 2000 -na época surgiu uma dúvida sobre se o foro privilegiado também valia para casos não penais.

Na Justiça Federal, os juízes de primeira instância são vinculados a um Tribunal Regional Federal (TRF). Há cinco TRFs no país, divididos por região. Uma decisão de TRF, porém, não obriga os juízes a seguirem o mesmo entendimento.

Em tese, outros juízes poderão continuar decidindo contrariamente ao entendimento do TRF a respeito do caso Moreira Franco, mas a tendência é que isso não ocorra, pois a decisão do tribunal indica um caminho a ser seguido. O mesmo efeito vale para decisões do STF.

“Do ponto de vista da segurança jurídica, é prudente que o juiz observe essas outras decisões. É prudente e razoável que o primeiro grau observe a decisão da última instância. O juiz que decide de modo diverso pode ser mal visto, mal interpretado, mas do ponto de vista de sua independência, ele continua correto”, disse o juiz Oliveira. (Com Agência Estado)

10 FEV 2017

FOLHA DE LONDRINA

Opinião do Leitor

Substituto do ministro Teori

A indicação do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, para a vaga deixada pelo ministro Teori Zavascki no Supremo Tribunal Federal não surpreendeu. Depois da recriação de um Ministério para acomodar o manjado Moreira Franco, dando-lhe foro privilegiado, não poderia ser outro o comportamento do presidente Michel Temer. Escalar Moraes no STF para a retaguarda, nada mais é o que fez Dilma quando colocou Dias Tofolli na mesma condição que, com certeza, inspirou toda a camarilha ao seu entorno a tomar a decisão apressadamente. Temer é mais dos que passarão sem deixar saudades nenhuma pelas suas próprias limitações. O PSDB seguirá o mesmo caminho desde o momento que atracou-se ao oportunista e sem qualquer compromisso ético com a nação brasileira, o PMDB. Por falar em PSDB, fui fundador e membro do Diretório Municipal de Londrina por mais de 30 anos. Estou encaminhando meu pedido de desfiliação por razões diversas, dentre as quais o comportamento de suas lideranças neste episódio lamentável da nomeação deste seu filiado e afilhado do governador de São Paulo. Resta a esperança que, por um milagre, não passe pela sabatina no Senado Federal.

WALTER COSTA BARROSO (cirurgião-dentista) – Londrina

Indicação ao STF

A indicação do ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, para o STF pelo presidente Temer, retrata o velho e retrógrado jeitinho de acomodações de cargos que nutre o corporativismo e os interesses políticos e pessoais. Haverá imparcialidade nos julgamentos da Lava Jato, por exemplo, caso o Senado aprove o nome do ministro?

CÉLIO BORBA (aposentado) – Curitiba

Alexandre de Moraes no STF

Há casos em que não basta ser honesto, tem de parecer honesto. Em sua tese de doutorado apresentada na Faculdade de Direito da USP, em julho de 2000, o atual ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, defendeu que, na indicação ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), fossem vetados os que exercem cargos de confiança durante o mandato do presidente da República em exercício, para que fosse evitado uma “demonstração de gratidão política”. Agora, indicado para a vaga de Teori Zavascki quer assumir. Uma pessoa que hoje age de acordo com seu desejo e conveniência amanhã as deixará e será justo?

ILDO YUKIO MARUBAYASHI (agricultor) – Londrina

JORNAL DO ÔNIBUS



10 FEV 2017

TJ determina anulação da eleição de Fábio Camargo



O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) determinou a anulação da eleição feita pela Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), em que o ex-deputado Fábio Camargo foi escolhido conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

A anulação foi determinada pelo órgão especial do TJ-PR em maio de 2016, mas só foi publicada em janeiro de 2017. Fábio Camargo não teria obtido votos necessários para ter a maioria prevista pelo regimento e não teria apresentado certidões exigidas para concorrer ao cargo.

Ele já recorreu da decisão. O advogado que o defende informou que uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) permite que Fábio Camargo continue no cargo até a decisão final da Justiça. ●

10 FEV 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Inscrições abertas para casamento coletivo em Curitiba

O Poder Judiciário, o Sistema FecomércioSesc Senac e a Prefeitura de Curitiba promovem mais uma edição do casamento coletivo na capital. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até 1 de março no Sesc da Esquina, do Água Verde ou do Portão.

A cerimônia civil, que faz parte do Programa Justiça no Bairro Sesc Cidadão, será em 31 de março de 2017, no Memorial de Curitiba, em horário a definir. Também haverá com benção ecumênica.

Para a inscrição é necessária a apresentação da Carteira de Identidade, CPE, Certidão de Nascimento, comprovante de renda de até dois salários mínimos por noivo e comprovante de endereço. ●

10 FEV 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Receita cobra R\$ 15 bi de réus da Lava Jato

Além de corrupção, envolvidos têm problemas com o fisco



A Receita Federal vai cobrar R\$ 15 bilhões de políticos, empreiteiras, estaleiros, operadores de propina e outros envolvidos no esquema de corrupção na Petrobrás, investigado na Operação Lava Jato. O valor é a soma das autuações feitas até o último dia de janeiro e as que serão emitidas com base nas fraudes já descobertas pelo grupo especial destacado pelo Fisco para apurar crimes tributários relacionados aos desvios na estatal.

Até agora, a Receita já multou os investigados em R\$ 10,1 bilhões – como antecipou o Estado em setembro – por meio de 1.457 procedimentos. A cobrança dos outros R\$ 5 bilhões está sendo processada em 854 ações de fiscalização e diligência.

As cifras vão aumentar, pois os processos não levam em conta a análise de crimes contra a ordem tributária identificados a partir de delações mais recentes, como as de 77 executivos e ex-executivos da Odebrecht, homologadas recentemente pela presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Cármen Lúcia. ■

“Não tem nada de ilegal”, diz FHC

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso prestou ontem (9) depoimento na Justiça Federal em São Paulo como testemunha em um processo penal contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do Instituto Lula, Paulo Okamoto, que o arrolou como testemunha de defesa. Fernando Henrique foi ouvido por videoconferência pelo juiz federal Sérgio Moro.

Okamoto é acusado de ter negociado com a empreiteira OAS o pagamento pela armazenagem de bens e objetos do acervo do período em que Lula foi presidente da República (1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011). O Ministério Público Federal sustenta que a empresa concedeu vantagens indevidas ao ex-presidente Lula como parte do esquema de desvio de verbas na Petrobras. ■

10 FEV 2017

BEMPARANÁ

Nova liminar contra nomeação de Moreira

Uma nova liminar, desta vez da juíza Regina Coeli, da 6ª Vara de Justiça do Rio de Janeiro, conseguiu anular novamente a nomeação de Moreira Franco ao cargo de ministro da Secretaria-Geral da Presidência. A nomeação dele no cargo já havia sido suspensa na quarta-feira por decisão, também liminar, da Justiça Federal do Distrito Federal, mas a Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com recurso e conseguiu reverter a decisão na manhã desta quinta-feira, 9, o que durou pouco tempo. A informação sobre a nova suspensão da nomeação foi confirmada no Palácio do Planalto.

Moreira Franco não está no palácio e não acompanhou o presidente Michel Temer em seminário da Caixa Econômica Federal na manhã desta quinta. A AGU vai entrar com novo recurso. Há dois caminhos sendo pensados pelo governo: pedir ao Supremo Tribunal Federal para suspender todas as ações ou ir derubando uma por uma.

No caso de entrar no STF, a ideia é que uma decisão favorável ao governo, vinda da Suprema Corte, prevaleça sobre as demais. Uma equipe jurídica do Planalto e a AGU estão discutindo qual caminho a ser seguido.

STF ainda vai julgar reforma

Aprovada pelo Senado Federal na noite de quarta-feira, a reforma do ensino médio seguiu para sanção do presidente Michel Temer, mas ainda passará pelo crivo dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que decidirão pela constitucionalidade ou não da matéria.

Primeira reforma do governo Temer a ser aprovada pelo Congresso Nacional, a proposta foi contestada pelo Psol e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que ingressaram no ano passado com duas ações diretas de inconstitucionalidade no STF.

Relator das duas ações, o ministro Edson Fachin já liberou a reforma do ensino

médio para julgamento pelo plenário da Corte. Cabe à presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, definir a data do julgamento, que segue sem previsão.

O Palácio do Planalto foi criticado por ter encaminhado em setembro do ano passado a proposta de reforma do ensino médio por meio de uma medida provisória, sem um amplo diálogo com setores da sociedade. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou parecer pela inconstitucionalidade da medida provisória.

"Medida provisória, por seu próprio rito abreviado, não é instrumento adequado para reformas estruturais em políticas públicas, menos

ainda em esfera crucial para o desenvolvimento do País, como é a educação", escreveu Janot.

Em manifestação encaminhada ao STF, a Advocacia-Geral da União (AGU) alegou que a mudança no ensino médio brasileiro é "urgente e inadiável" do ponto de vista educacional, o que justifica a edição de uma medida provisória para tratar do tema. Para a AGU, caso o Palácio do Planalto optasse por fazer a reforma por meio de um projeto de lei, as discussões parlamentares poderiam se alongar por "décadas".

MP-PR pede afastamento

O Ministério Público do Paraná (MP-PR) pediu que a policial civil acusada de disparar o tiro que matou a copeira Rosária Miranda da Silva, em dezembro de 2016, em Curitiba, seja afastada de funções públicas. A denúncia não pede a prisão da policial e a acusação de crime de homicídio qualificado por motivo fútil, meio cruel e impossibilidade de defesa da vítima.

De acordo com o MP, não foi pedido a prisão porque a denunciada tem residência fixa, colaborou com as investigações e não apresenta risco considerável de que volte a cometer crimes.

10 FEV 2017

TRIBUNA DO PARANÁ

REVIRAVOLTA.....

A Justiça Federal no Rio barrou na manhã de ontem a nomeação de Moreira Franco (PMDB) para a Secretaria-Geral da Presidência. A decisão acata uma ação movida na 6ª Vara Federal no Estado e cria mais um embaraço para o governo Michel Temer (PMDB) que havia conseguido nesta manhã uma decisão favorável do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para manter a nomeação de Moreira Franco.

PERDA.....

Morreu ontem o pai da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, Florival Rocha, aos 98 anos. Doente, ele morreu em Espinosa, no norte de Minas Gerais. Florival era viúvo e deixa sete filhos.

REAÇÃO.....

O governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB), defendeu ontem em entrevista à Rádio Estadão, sua gestão e as contas de sua campanha e de seu vice, Francisco Dornelles (PP). Pezão afirmou que irá recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) da decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) que cassou seus mandatos por abuso de poder econômico e político, em razão de irregularidades na prestação de contas de campanha.

CAIXA 2.....

Em manifestação enviada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o PSDB afirmou que a campanha de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB) na eleição presidencial de 2014 promoveu um "engenhoso e inovador esquema de caixa dois". A manifestação foi feita no âmbito do processo que apura se a chapa Dilma/Temer cometeu abuso de poder político e econômico para se reeleger.